



### Filtro selecionado

Período: Monitoramento Temático Ano 2015  
Listagem por: Programa  
Programa: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública  
Órgão: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Elementos a serem exibidos: Indicadores; Objetivos; Metas;

## PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

### Informações Básicas

Tipo de programa: Temático

### INDICADORES

#### Indicador: Ações concluídas do PAC 2 previstas para o período 2011-2014

##### Informações Básicas

Data de referência: 31/10/2012      Unidade de medida: %      Índice: 38,5  
Fonte: Balanço do PAC 2  
Periodicidade: Quadrimestral      Base geográfica: A Definir  
Fórmula de cálculo: Não há.

##### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 92  
Data de Apuração: 05/02/2015  
Observação: Fonte: Balanço do PAC 2, incluindo somente eixos transporte e energia, luz para todos e recursos hídricos.

#### Indicador: % de empreendimentos com indícios de irregularidade grave no PAC

##### Informações Básicas

Data de referência: 31/10/2012      Unidade de medida: %      Índice: 2,43  
Fonte: Balanço do PAC2, Relatório Fiscobras 2012 (TCU)  
Periodicidade: Anual      Base geográfica: A Definir  
Fórmula de cálculo: Empreendimentos do PAC com indícios de irregularidade grave/Total de empreendimentos do PAC

##### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0,0015  
Data de Apuração: 05/11/2015  
Observação: 61 empreendimentos apresentaram indícios de irregularidades. Total de empreendimentos do PAC 2 - 40.000. Fonte: FISCOBRAS - TCU e Balanço do PAC 2

#### Indicador: % de servidores públicos com curso superior

##### Informações Básicas

Data de referência: 31/10/2012      Unidade de medida: %      Índice: 66  
Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal (SEGEP/MP)  
Periodicidade: Anual      Base geográfica: A Definir  
Fórmula de cálculo: Razão entre a quantidade de servidores com curso superior ou de aperfeiçoamento/especialização/pós-graduação concluídos e o total da força de trabalho.

##### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 72,11  
Data de Apuração: 30/09/2015

#### Indicador: % Despesa com Pessoal do Gov. Federal/PIB

##### Informações Básicas

Data de referência: 01/10/2012      Unidade de medida: %      Índice: 4,6  
Fonte: Boletim estatístico de pessoal; BC  
Periodicidade: Anual      Base geográfica: A Definir  
Fórmula de cálculo: Despesa com Pessoal do Gov. Federal\*/PIB  
Obs.: A despesa com pessoal atende o somatório previsto no art. 18 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

##### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4,43  
Data de Apuração: 31/08/2015

#### Indicador: Total de execução (liquidado) do orçamento (exceto estatais) sob o total autorizado (LOA+Créditos)

##### Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2012      Unidade de medida: %      Índice: 77



Fonte: SIAFI

Periodicidade: Anual

Base geográfica: A Definir

Fórmula de cálculo: (orçamento liquidado) / (valor autorizado: lei + créditos)

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 93,11

Data de Apuração: 30/11/2015

Observação: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2015, Anexo 1 – Balanço Orçamentário (exclui despesas relacionadas a dívida pública e inversões financeiras)

#### OBJETIVOS

**Objetivo: 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.**

#### Informações Básicas

Órgão: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Patrimônio da União

Em apoio às políticas de regularização fundiária de interesse social, provisão habitacional, reforma agrária, comunidades tradicionais e populações urbanas, destacam-se seis ações de destinação. A primeira é a destinação de doze imóveis em áreas urbanas, em seis Estados, para o Programa Minha Casa Minha Vida, totalizando 201,7 mil m<sup>2</sup> para atendimento de aproximadamente 1,9 mil famílias. A segunda, a destinação de nove imóveis em áreas urbanas, em cinco Estados, para empreendimentos do PAC, totalizando 529,9 mil m<sup>2</sup> e atendimento de mais de 9,3 mil famílias de baixa renda. O Incra também recebeu dez imóveis em três Estados e no Distrito Federal, totalizando 11,9 milhões de m<sup>2</sup> para ações de reforma agrária. Um total de onze imóveis, em quatro Estados e no Distrito Federal, foram destinados em reconhecimento de Povos e Comunidades Tradicionais, totalizando mais de 1 milhão de m<sup>2</sup>. A quinta foi a destinação de espaço físico com área de 221,4 mil m<sup>2</sup> para realização dos Jogos Mundiais Indígenas, com a participação de 22 etnias brasileiras e de outros 30 países. Finalmente, cabe citar a permissão de uso de imóveis para sediar várias modalidades esportivas dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Foram também destinados um total de 278 imóveis, dos quais 85 em apoio a diversas ações governamentais da Administração Pública Federal e o restante aos demais entes federados. Entre as áreas destinadas para obras de infraestrutura, cabe ressaltar a cessão de imóvel para o Terminal Portuário Cotegipe, em Salvador, e para o funcionamento do Porto Fluvial em Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá (Acre).

Vale mencionar a regularização de ocupações de imóveis da União em terrenos marginais e acrescidos, como ocorreu no Piauí, onde foram aprovados 112 aforamentos nas margens dos rios Parnaíba e Poti.

Na Amazônia Legal, a regularização fundiária de glebas públicas federais, por meio do Programa Terra Legal, possibilitou identificar dois milhões de hectares como áreas inalienáveis da União, com vistas à destinação voltada ao interesse social, à preservação ambiental e ao acesso a territórios de povos e comunidades tradicionais. Foram, ainda, celebrados Contratos de Concessão de Direito Real de Uso de áreas da União para 1.800 famílias, num montante de 46.700 hectares de terras. Na região da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, os Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) emitidos em 2011/2012 garantiram, em 2015, que as populações tradicionais que ocupavam as áreas afetadas pelo empreendimento fossem realocadas em áreas do reservatório em condições análogas àquelas do modo de vida tradicional ribeirinho.

Também foi desenvolvida metodologia própria de identificação de várzeas da União, por meio de ferramentas de geotecnologias aplicadas a estudos territoriais, com vistas à regularização e acesso a territórios para comunidades tradicionais que utilizam terras da União, em diversos Estados da Federação. Foram modelados cerca de 90.000 km<sup>2</sup> para determinação das áreas de várzeas da União em que vivem populações tradicionais.

Durante o exercício de 2015 a arrecadação de receitas patrimoniais atingiu R\$ 675.706.971,72. Com relação às ações de fiscalização, foram registradas 1.494 vistorias, com prioridade para a preservação dos imóveis públicos e a contenção de irregularidades no uso. Contabilizou-se o cadastramento de 1.037 novos registros na base de dados do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Na área normativa, destaca-se a revisão dos marcos de gestão do patrimônio da União, com a sanção da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, que possibilitou o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União, e a publicação Portaria MP nº 351, de 25 de agosto de 2015, autorizando a venda de 20 imóveis em sete Unidades da Federação, avaliados em R\$ 94,8 milhões, em seguimento às novas diretrizes do Governo para redução de despesas e racionalização de gastos da União.

Importante destacar, ainda, a Medida Provisória 691, de 31 de agosto de 2015, que dispõe sobre a administração, alienação, transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos. A MP estabelece mecanismos de otimização e modernização da gestão do patrimônio da União, buscando a redução dos gastos com locação de imóveis de terceiros e também os custos de manutenção dos prédios públicos, convertendo-os em edificações sustentáveis.

#### Produção e Disseminação de Informações

Foram divulgados, por unidades da Federação, indicadores sobre força de trabalho, produzidos com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), e informações da renda domiciliar per capita referentes a 2014, que servirão de base para o rateio do Fundo de Participação dos Estados, conforme a Lei Complementar nº 143, de julho de 2013, que entra em vigor em 2016.

Na área das pesquisas sociodemográficas, foram divulgadas conjuntamente a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic) e a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic).

Dando continuidade à disseminação dos resultados da Pesquisa Nacional de Saúde 2013, foram divulgados os volumes temáticos “Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde, Acidentes e Violência” e “Ciclos de vida”.

Destaca-se, ainda, a publicação “Mudança Demográfica no Brasil no Início do Século XXI: Subsídios para as projeções da população do Brasil e das Unidades da Federação”, obra que reúne textos analíticos sobre as mudanças demográficas experimentadas pela população, que embasaram a elaboração das Projeções da População do Brasil e das Unidades da Federação 2000-2060.

No âmbito da produção de informações da área econômica, vale mencionar a divulgação da nova série do Sistema de Contas Nacionais. Além de atualizações metodológicas, a nova série apresenta uma classificação mais detalhada de produtos e atividades e incorpora dados do Censo Agropecuário de



2006 e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009.

Importante mencionar, também, a primeira edição da publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo - Brasil 2010-2013”, que visa aprimorar a metodologia de apuração de estatísticas de Governo, apresentando dados sobre as finanças públicas dos Governos federal, estadual e municipal e dos fundos de previdência social. Na área de preços, destaca-se a divulgação dos primeiros resultados do Índice de Preços ao Produtor (IPP) para a Indústria Extrativa.

No campo das geociências, o Brasil expandiu a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS (RBMC) em 10% relativamente a 2014. A RBMC opera com 123 estações, sendo 93 estações em tempo real. Além disso, deu-se continuidade ao reestabelecimento das redes geodésicas do Estado do Amapá e foi divulgada a nova versão do Modelo de Ondulação Geoidal do Brasil.

Foi divulgada a atualização da Base Cartográfica Contínua e Integrada, na escala de 1:250.000, de 100% do território, referência cartográfica para ações de planejamento e gestão. Destacam-se ainda: a divulgação dos novos mapas políticos do Brasil na escala de 1:5.000.000 e de todos os Estados da Federação e Distrito Federal; e a validação das bases cartográficas de 286 Municípios para mapeamento de suscetibilidade no contexto do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres.

No campo ambiental, destaca-se a produção das informações: Mapa Hidrogeológico - Região Sul; Mapa e relatórios sobre Mudanças - Uso da Terra 2000-2010-2012; e Mapas de Uso da Terra - Mato Grosso e Maranhão.

C) Ações de Controle

Em 2015, foram realizadas 5.787 auditorias e fiscalizações em órgãos e entidades que aplicaram recursos públicos federais, nas três esferas de governo, ao tempo em que foram capacitados cerca de quatro mil servidores públicos.

No âmbito da Avaliação da Execução dos Programas de Governo, foram acompanhadas, em 2015, com fiscalização in loco, 51 políticas públicas, dentre as quais se destacam: Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016; Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica; Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública; e Compensação Previdenciária.

O programa de fiscalização em entes federativos passou a contemplar, em 2015, duas formas de seleção das unidades a serem fiscalizadas: a aleatória, por meio de sorteio público; e a seletiva, por meio de matriz de vulnerabilidade.

Ao longo de 2015, foram analisados 1.385 processos de Tomada de Contas Especial (TCE), com potencial de ressarcimento aos cofres públicos de cerca de R\$ 1 bilhão.

Foi realizada análise de mais de 39 mil atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal, em valores da ordem de R\$ 382 milhões.

Foram concluídas também 202 ações de controle abrangendo 175 Municípios, decorrentes de solicitações oriundas de representações de órgãos governamentais e de denúncias de cidadãos.

Como resultado das auditorias, destaca-se o registro de benefícios financeiros da ordem de R\$ 1,56 bilhão e de 69 benefícios não financeiros, sendo que 56,5% desses referem-se ao aperfeiçoamento da capacidade de gerir riscos e à implementação de melhorias nos controles internos.

A Controladoria realizou ainda, em conjunto com órgãos parceiros de controle e fiscalização, 24 ações de controle denominadas operações especiais, visando à investigação de atos de corrupção praticados contra a Administração Pública, no qual foram expedidos mais de 75 mandados de prisão temporária ou preventiva.

Destaca-se, entre as operações realizadas em 2015, a operação Lama Asfáltica (MS) identificando prejuízos de aproximadamente R\$ 11 milhões, de um montante fiscalizado de R\$ 45 milhões.

Foi desenvolvida em 2015 metodologia para a avaliação das ações de integridade em empresas estatais, voltada para a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude.

## METAS

### Meta: 03OT - Aprimorar a gestão do patrimônio imobiliário da União

#### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Planejamento

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Destacam-se no período 2012-2015 as seguintes ações e resultados: i) Regularização Fundiária de interesse social e destinação de imóveis da União para projetos de habitação - Destinação de 56 imóveis, com total de 28,2 milhões de m<sup>2</sup> e atendimento de mais de 69,8 mil famílias, em 19 estados, além da regularização direta de 776 famílias em 15 Estados com títulos individuais de CUEM e CDRU gratuita. ii) Apoio à política de a Provisão Habitacional, com destinações ao Programa MCMV, nos últimos 4 anos, de 59 imóveis para Provisão Habitacional, totalizando, cerca de 6,08 milhões de m<sup>2</sup>, em benefício de 43,5 mil famílias em 19 estados. iii) Apoio a Programas de Inclusão Social, em especial os voltados para projetos de inserção territorial de comunidades tradicionais. A SPU ampliou as ações para reconhecimento de direitos de povos e comunidades tradicionais, sendo ao todo destinados 126,7 milhões de m<sup>2</sup> em reconhecimento dos usos tradicionais de áreas da União, com cerca de 2.366 beneficiários em 7 estados. Na Amazônia Legal, a SPU identificou 3 milhões de hectares de áreas inalienáveis, para regularização fundiária de comunidades tradicionais e preservação ambiental e mapeou 52 ilhas fluviais na região de fronteira. Também foram destinadas ao MMA 02 glebas federais para a criação de Unidades de Conservação, no Amazonas. Foram entregues Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) a 18.846 famílias de ribeirinhos, sendo 6028 famílias incluídas no Programa Bolsa Verde. Foram declarados de interesse público cerca de 500.000 m<sup>2</sup>, em benefício de 5700 famílias. iv) Apoio à Reforma Agrária, por meio de ações articuladas com o MDA/INCRA, sendo que a SPU destinou 48 áreas em 6 estados e no Distrito Federal, totalizando 229,2 milhões de m<sup>2</sup> para ações de reforma agrária. v) Apoio ao Desenvolvimento Local, com mais de 1600 imóveis destinados entre 2012 e 2015, para o funcionamento do CRAS, unidades do PETI, Centro de Convivência de Idosos, UPAs, unidades hospitalares, escolas, universidades, centros de pesquisa tecnológica, terminais pesqueiros, centros culturais e esportivos, realizadas obras de saneamento, ampliação de portos e aeródromos, dentre tantas outras demandas. Foram apoiados municípios em todo o território nacional, notadamente, municípios com baixo IDH. vi) Projeto Orla, em parceria com o MMA, para ordenamento da orla, aproximando as políticas patrimonial, urbanística e ambiental, com ampla articulação entre os três níveis de governo e a sociedade civil; vii) em Apoio aos Projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A destinação de imóveis da União tem priorizado a destinação para a ampliação da infraestrutura (água, energia elétrica, transporte) e dos serviços sociais e urbanos (saúde, educação, cultura e esporte) em todas as Unidades Federadas; viii) atendimento aos órgãos da Administração Pública Federal direta e indireta pela cessão de áreas da União para instalação de suas sedes administrativas e para o desempenho de suas políticas, a exemplo das áreas de Meio Ambiente, Cultura, Justiça, Desenvolvimento Agrário, Infraestrutura de Transporte, Energia e outras; ix) outras realizações que merecem menção são as ações de destinação de áreas da União para atendimento de projetos relevantes, como os espaços físicos para realização dos Jogos Mundiais Indígenas, com a participação de 22 etnias brasileiras e de outros 30 países. Finalmente, e as cessões e permissões de uso de imóveis para sediar várias modalidades esportivas dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Ampliação da Capacidade de Gestão das Receitas Patrimoniais – com modernização dos processos de arrecadação e cobrança, automatização de procedimentos, implementação de novas aplicações nos sistemas e melhoria de interfaces, que resultaram em aumento da arrecadação. O montante das receitas patrimoniais, no período 2012 a 2015, foi de R\$ 3.725.324.893,94. Alcançou-se grande incremento na caracterização de áreas da União, que inclui a identificação, cadastramento, fiscalização e avaliação dos imóveis da União. Outra iniciativa importante da SPU foi a continuidade do processo de regularização e incorporação dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA) em universo de quarenta e nove mil registros imobiliários. A SPU



desenvolve o programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União – PMG-SPU/BID, que conta com financiamento parcial do BID. No âmbito do PMG-SPU está sendo desenvolvido o novo sistema informatizado, que visa unificar e qualificar as bases de informações dos imóveis públicos federais, incorporando funcionalidades para o georrefenciamento desses bens. Prevê-se ainda a modernização da cartografia, a qualificação das bases, o mapeamento de processos. Também encontra-se implantado o “Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis – SISREI” que permite aos entes públicos e entidades sem fins lucrativos (e proximamente aos privados) a consulta e requerimento de imóveis da União pela aplicação via Internet.

**Objetivo: 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.**

**Informações Básicas**

Órgão: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional do Objetivo: O texto na íntegra encontra-se no arquivo anexo.

Em relação ao aperfeiçoamento e à ampliação dos serviços eletrônicos disponibilizados à sociedade (E-Gov) e quanto à melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão, destacaram-se as ações para a disponibilização e regulamentação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), que visa à disseminação e transparência de dados governamentais, permitindo livre cruzamento com outros dados, construção de aplicações e apresentação em formatos diversos para uso pelos cidadãos, pela Internet.

Houve o lançamento de Portal de Dados Públicos (dados.gov.br), a publicação dos dados do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), Compras Net, Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a realização de compromissos do Brasil no Acordo para Governo Aberto “Open Government Partnership”(OGP) – esforço global para tornar os governos mais transparentes e empoderar os cidadãos, e a divulgação de aplicações desenvolvidas com uso de dados abertos e apoio aos órgãos na realização de concursos de aplicativos referentes a dados educacionais Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e defesa dos Direitos do Consumidor (Ministério da Justiça).

Para o cumprimento desta meta, o Ministério do Planejamento promoveu a realização de oficinas para identificação e priorização de processos prioritários em 23 órgãos e entidades que manifestaram interesse em participar desta agenda. Nestas atividades, buscou-se a identificação dos processos que precisam ser melhorados e que impactam a vida dos cidadãos.

No ano de 2015, o Portal de Serviços do Governo Federal foi completamente redesenhado com vistas a aprimorar a experiência de navegação dos usuários de Serviços Públicos da referida esfera de Governo.

Ainda em 2014, aderente à temática da Acessibilidade Digital, a Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (STI/MP) firmou Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para o desenvolvimento da Suite VLibras, conjunto de aplicativos e plugins para computadores, tablets e smartphones que traduzem conteúdos digitais para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Cabe destacar que este conjunto de ferramentas está sendo desenvolvido em código aberto e encontra-se disponibilizado no Portal de Software Público. Esta Suite conta com um dicionário de LIBRAS aberto e em constante atualização, com previsão de dez mil palavras ao final do projeto (março/2016).

Ainda em 2015, a STI/MP firmou Acordo de Cooperação Técnica com a Câmara dos Deputados e a UFPB para a produção de termos político-legislativos que serão inseridos no dicionário de sinais da Suite VLibras. Dentre as tecnologias de segurança da informação que contribuíram para assegurar as transações eletrônicas da União, estados e municípios, destacou-se a massificação do uso da Certificação Digital (ICP-Brasil), que vem registrando crescimento nos últimos anos, tanto em número de certificados emitidos como em aplicações que exigem o uso de certificado digital.

No ano 2015, a nova versão do Software ASES e a primeira versão do Selo dinâmico de Acessibilidade para os sítios e portais do Governo Federal (e-Selo) foram homologados.

Também neste ano, a STI/MP em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) disponibilizou cursos de Acessibilidade em Sítios e Portais nas versões para contendedistas e desenvolvedores, ação que resultou na capacitação de 657 pessoas, entre servidores/colaboradores e sociedade em geral.

Foi elaborada a EGD, com princípios, objetivos e iniciativas para sua implementação, e a proposta de Decreto para instituir a Política de Governança Digital na APF. A Governança Digital é a utilização, pelo setor público, de tecnologias da informação e comunicação para melhorar a informação e a prestação de serviços, incentivando e ampliando a participação social no ciclo de políticas públicas.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão emitiu 13.998 certificados digitais da ICP-Brasil entre janeiro e dezembro de 2015 para os sistemas COMPRASNET, SCDP, SICONV, entre outros.

Objetivando reduzir os custos na aquisição de equipamentos e serviços de TIC e melhorar o planejamento das necessidades dos entes federais, foi incentivado o uso de contratações conjuntas.

Em 2015 foram concluídos três processos de licitação conjunta, gerando uma economia total superior a R\$ 39,5 milhões para o governo. A contratação conjunta para serviços de infraestrutura de rede de fibra ótica, com o objetivo de ampliar a capilaridade da rede ótica metropolitana de comunicações INFOVIA Brasília, teve a participação de quatro órgãos e obteve uma redução de 17,9 milhões, 40% em relação aos preços de referência que totalizavam R\$ 44,6 milhões.

Outra licitação concluída com sucesso este ano foi a de fornecimento e instalação de ativos de rede, abrangendo 37 órgãos e gerando uma economia superior a R\$ 19,6 milhões, representando uma redução de aproximadamente 50,02%, para o Administração Pública.

A última licitação concluída em 2015, que objetivava a aquisição de equipamentos para a realização de videoconferência, teve a participação de quatro órgãos e uma economia de R\$ 2 milhões, representando uma redução de 38% do valor estimado.

O Decreto nº 8.538/2015 regulamentou o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, pequenos produtores rurais, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo, promovendo o desenvolvimento econômico no âmbito local e regional e incentivando a inovação tecnológica.



O apoio aos Estados e Municípios tem sido dado por meio dos principais canais de atendimento (e-mail, Telefone e Portal do Software Público). Ações de apoio também foram prestadas com iniciativas do MP em parceria com o SEBRAE.

Visando o compartilhamento de conhecimento, apoio ao processo decisório de escolha de soluções e ampliação dos canais para troca e compartilhamento de informações relacionadas ao desenvolvimento e uso, dos Softwares Públicos nos Estados e Municípios, em 2015 o Portal do Software Público Brasileiro (SPB), lançado em 2007, ganhou nova versão em 2015.

A plataforma disponibiliza 70 soluções de software para simplificar a gestão pública, reduzir gastos e atender às necessidades dos cidadãos brasileiros. Para ampliar o alcance da iniciativa e a utilização das soluções foi desenvolvido aplicativo mobile, mais um canal de acesso ao catálogo de soluções e de esclarecimento de dúvidas.

Anexo: 0605\_\_Monitormamento\_tem\_tico.docx

## METAS

**Meta: 03OY - Buscar a resolutividade das demandas encaminhadas pelos cidadãos às ouvidorias dos órgãos e entidades públicos**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Planejamento

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Com o objetivo de fortalecer o funcionamento integrado das cerca de 300 ouvidorias federais, o Governo Federal promoveu as seguintes ações em 2014: (i) disponibilização do portal Ouvidorias.gov (www.ouvidorias.gov.br) com sistema informatizado para registro e consulta de manifestações dirigidas a qualquer ouvidoria do Poder Executivo federal; e (ii) publicação da Instrução Normativa OGU/CRG nº 01, de 24 de junho de 2014, sobre proteção à identidade do denunciante, e da Instrução Normativa OGU nº 01, de 6 de novembro de 2014, sobre a padronização de procedimentos e prazos das ouvidorias públicas federais, com vistas à criação de condições adequadas para o funcionamento efetivo.

Para contribuir para o aprimoramento do trabalho realizado pelas ouvidorias, alcançando a resolutividade das demandas e satisfação do cidadão, o Governo Federal realizou, em 2014, as seguintes atividades de capacitação: (i) Política de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco): oferta de cursos gratuitos na modalidade presencial e educação a distância para servidores que atuam em ouvidorias públicas em todos os entes federados. Atualmente, participam do processo formativo 1.966 servidores e colaboradores de unidades de ouvidoria. Desse quantitativo, 220 concluíram cursos na modalidade presencial em 2014. A Profoco será fortalecida, em 2015, com a realização de 20 cursos presenciais, com previsão de capacitação de mais 600 agentes públicos nos cursos presenciais, um incremento de 300% em relação ao ano de 2014; (ii) cirandas Regionais de Ouvidorias: atividades que visam a estimular e difundir o debate voltado à formulação de políticas para as ouvidorias públicas. Foram realizadas quatro edições nos estados do Espírito Santo, Pará, Paraná e Sergipe.

Essa iniciativa será expandida em 2015, com a realização de oito cirandas regionais. Também será possível disponibilizar dados, por meio do recém-lançado sistema eletrônico de ouvidorias, sobre a satisfação do cidadão com a resposta recebida.

Quantidade alcançada: 98,3 %

Data de Referência: 21/01/2015

**Meta: 03P0 - Implementar e disponibilizar a Agenda Brasil Digital de Governo Eletrônico à sociedade**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Planejamento

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A Agenda Brasil Digital foi desenvolvida até o ano de 2014. O foco estava na melhoria da prestação de serviços públicos por meios eletrônicos, alinhados aos objetivos da Agenda de Gestão Pública, ao Decreto Cidadão nº 6.932, de 11/08/2009, e a Lei de Acesso à Informação. Das iniciativas da agenda, destacou-se o Guia de Serviços Públicos Federais, disponibilizado em março de 2012, que concentra em um único lugar as informações sobre serviços do Governo Federal. O Guia de Serviços Públicos está sendo remodelado no momento.

A Agenda de Governo Eletrônico compreende aspectos de interoperabilidade e acessibilidade, bem como de dados abertos, relacionando-os às questões que envolvem a prestação de serviços públicos por meios eletrônicos. Como subsídios para a agenda estão em fase de planejamento, para outubro, em parceria com a Secretaria de Gestão Pública (SEGEP), oficinas com os Órgãos da APF, com o objetivo de qualificar o diálogo, serviços e informações do Governo Federal.

Com as necessidades oriundas do Gabinete Digital da Presidência da República e da nova Identidade Digital de Governo, além dos novos requisitos do Guia de Serviços, se convencionou que o lançamento da referida Agenda ocorreria no primeiro semestre de 2014, de modo a contemplar as estratégias para 2014 e 2015.

Em 2014, a publicação da Agenda em epígrafe não ocorreu conforme previsto, pois o cenário político e estratégico da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) apontou para estudos e a definição de uma nova Política de Governo Eletrônico, resultando em ações para a prospecção de Política de Governança Digital (PGD) e Estratégia de Governança Digital (EGD).

No ano de 2015, com o surgimento da PGD e EGD, aspectos conceituais e informações históricas contidos na Agenda Brasil Digital foram utilizados para a construção da referida Política e Estratégia de Governança Digital.

**Meta: 03RE - Implementar Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) nos sítios governamentais**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Planejamento

### Informações do Monitoramento



Análise Situacional da Meta: Os itens padrões do e-MAG foram incorporados à identidade digital padrão do Governo Federal, sendo implementada nos sítios de todos os Ministérios desde 2013.

O trabalho em conjunto do MP com a Secretaria de Comunicação da Presidência (SECOM) resultou na adoção dos itens padrão do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG) na nova Identidade Digital de Governo, apresentada oficialmente em setembro de 2013. Foram testados e avaliados os sítios da Secretaria de Direitos Humanos, o Portal Brasil e o Portal Padrão para fins de validação da acessibilidade da nova Identidade Digital de Governo. Os testes apontaram uma melhora nos portais que chegou à 70% de acessibilidade à todos os usuários, inclusive pessoas com deficiência.

Foram realizadas capacitações na Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas do Rio Grande do Sul (FADERS), Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) e Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS/Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV), oficinas no evento Congresso Internacional Software Livre e Governo Eletrônico (CONSEGI 2013), palestras nos eventos Inclusão Digital e Acessibilidade, Seminário de Sensibilização sobre Acessibilidade para servidores do Governo Federal.

A implementação do modelo de acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) nos sítios governamentais segue o cronograma pré-fixado, com a realização de capacitações, oficinas e palestras ao longo do ano.

Esta implementação tornará a informação e os serviços de governo mais acessíveis a todos os cidadãos, inclusive pessoas com deficiência, além de adotar o conceito de web responsiva, ou seja, as páginas se adaptam automaticamente e podem ser visualizadas tanto em um computador quanto em smartphones e tablets, de modo a garantir uma visualização mais uniforme e não restringir o tipo de conexão ou condições de acesso.

Em 2014 foi iniciado projeto de desenvolvimento da nova versão do Software ASES e curso em Ensino a Distância (EAD) para conteudistas e desenvolvedor, além da versão 3.1 do e-MAG.

Ainda em 2014, aderente à temática da Acessibilidade Digital, a Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (STI/MP) firmou Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para o desenvolvimento da Suite VLibras, conjunto de aplicativos e plugins para computadores, tablets e smartphones que traduzem conteúdos digitais para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Cabe destacar que este conjunto de ferramentas está sendo desenvolvido em código aberto e encontra-se disponibilizado no Portal de Software Público. Esta Suite conta com um dicionário de LIBRAS aberto e em constante atualização, com previsão de dez mil palavras ao final do projeto (março/2016). A ferramenta Wikilibras, presente na Suite VLibras, garantirá a sustentação do dicionário permitindo que usuários e a comunidade surda possam facilmente contribuir para a expansão do referido dicionário.

No ano 2015, a nova versão do Software ASES e a primeira versão do Selo dinâmico de Acessibilidade para os sítios e portais do Governo Federal (e-Selo) foram homologados pelo Departamento de Governo Eletrônico.

Também neste ano, a STI/MP em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) disponibilizou cursos de Acessibilidade em Sítios e Portais nas versões para conteudistas e desenvolvedores, ação que resultou na capacitação de 657 pessoas, entre servidores/colaboradores e sociedade em geral.

Ainda no ano de 2015, a STI/MP firmou Acordo de Cooperação Técnica com a Câmara dos Deputados e a UFPB para a produção de termos político-legislativos que serão inseridos no dicionário de sinais da Suite VLibras.

#### Meta: 03P1 - Massificar o uso de Certificados Digitais da ICP- Brasil

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Instituto de Tecnologia da Informação

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A Massificação do uso da Certificação Digital ICP – Brasil continua registrando crescimento tanto em número de certificados emitidos como em aplicações que exigem o uso de certificado digital.

No período de Janeiro a Dezembro/2015 foram emitidos 3.266.560 certificados digitais da ICP – Brasil, que indica um crescimento de 28% anual em relação a 2014, e o número de entidades credenciadas na ICP – Brasil também apresentou crescimento. (Anexos A e B)

Foram ainda realizados o III Seminário Nacional de Certificação Digital em São Paulo e 13º CertForum em Belo Horizonte e Brasília, ambos com foco na divulgação dos benefícios da certificação digital e seus avanços.

A atual estrutura da ICP – Brasil é utilizada cada vez mais em sistemas e aplicações de grande relevância para o desenvolvimento nacional, sendo aplicada nas áreas de Infraestrutura, Desenvolvimento Social, Econômica e Produtiva, e Estratégia e Defesa, conforme fica evidenciado no Anexo D.

Sem a Certificação Digital, sistemas críticos da economia nacional podem ser paralisados, como é o caso do SPB – Sistemas de Pagamentos Brasileiro Nacional, do Sistema Nota Fiscal Eletrônica, aplicação que inibe a evasão fiscal, com ganhos em termos de redução de custo (papel, tinta, armazenagem, etc), padronização, facilidade no tratamento de dados eletrônicos, agilidade e segurança.

As atividades de auditoria e fiscalização das entidades credenciadas no âmbito da ICP – Brasil para o exercício de 2015 foram mantidas em 100 auditorias e fiscalizações, apesar do crescimento na quantidade de credenciados, pois a disponibilidade de recursos humanos e financeiros continuou a mesma de 2013. (Anexo C)

Anexo: PPA2015\_SIOP\_Iniciativa\_jan\_dez\_2015\_V2.odt

Anexo: Anexo\_A\_PPA\_META\_jan\_dezembro2015.odt

Anexo: PPA\_ITI\_Meta\_jan\_dezembro\_2015.odt

#### Meta: 03OX - Melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Planejamento

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) atuou junto a mais de 30 órgãos e entidades do Governo Federal para apoiar a melhoria da gestão estratégica e de processos, e apresentou resultados concretos. No Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), por exemplo, otimizou-se o processo de concessão de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, não só agilizando a análise, como também equacionando o passivo de solicitações pendentes. A Ata de modelagem de processos compreendeu serviços de mapeamento, análise, desenho e redesenho de processos, implementação e monitoramento de ações propostas, com a adesão de 20 órgãos e entidades da Administração Pública Federal. A contratação



centralizada do serviço permitiu a redução de até 76,45% entre o valor estimado e aquele efetivado pelo processo licitatório para a execução dos serviços. Já a Ata de planejamento e gestão estratégica compreendeu serviços de formulação, revisão, desdobramento (tradução), alinhamento, implementação e monitoramento da estratégia. Contou com 19 órgãos e entidades contratantes e redução de 67,84% entre o valor estimado e o valor final da licitação.

Com o objetivo de valorizar e estimular práticas inovadoras na gestão pública e intensificar a interação entre o Governo Federal e os diversos atores sociais na busca da melhoria de processos e serviços públicos, foi realizada a Semana de Inovação em Gestão Pública - Transformando Ideias em Soluções, entre os dias 30 de novembro a 4 de dezembro de 2015. A Semana de Inovação contou com a presença de especialistas nacionais e internacionais no tema e com mais de 600 participantes. O evento foi aberto para a participação de qualquer cidadão interessado, mediante inscrição gratuita. A Semana de Inovação foi composta pelos seguintes momentos: StartupGov, Conferência Internacional e Arenas de Inovação.

O StartupGov, realizado de 30 de novembro a 1 de dezembro de 2015, envolveu um conjunto de atividades com o objetivo de aproximar o governo federal de especialistas ligados ao ecossistema de startups, com vistas à formação de rede e discussão de ideias e possibilidades para futuras parcerias e resolução de questões ligadas aos temas de educação e eficiência da gestão. 997 pessoas se cadastraram na plataforma do Movimento 100 Open Startups e contribuíram com 217 iniciativas.

Dando sequência à Semana, nos dias 2 e 3 de dezembro de 2015, foi realizada a Conferência Internacional, evento que possibilitou que especialistas nacionais e internacionais da área de inovação no setor público e privado compartilhassem seus conhecimentos com os mais de 600 participantes. O evento contribuiu para a disseminação de boas práticas de inovação no setor público a partir de diferentes perspectivas e abordagens.

O último dia da Semana de Inovação foi dedicado à realização de nove mini-cursos, chamados de Arenas de Inovação, e uma Mesa de Debates, todos ministrados por profissionais de renomada competência e experiência e que trabalharam o tema da inovação a partir de diferentes metodologias e formatos. Os mini-cursos variaram de modelos mais expositivos (com abertura para debates) até a realização de oficinas teórico-práticas para a aplicação de conceitos apresentados. Entre os temas abordados destacaram-se o design thinking, a gestão de projetos e a importância das redes e das tecnologias digitais. Foram apresentadas ao público ferramentas inovadoras e suas formas de aplicação no contexto da administração pública. Com capacidade variando entre 50 e 100 participantes, os mini-cursos capacitaram cerca de 400 participantes.

Dentre as demais ações realizadas pelo MP, destacaram-se ainda as ações para apoiar a regulamentação e consolidação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), visando à disseminação e transparência de dados governamentais, permitindo o livre cruzamento, construção de aplicações e apresentação em formatos diversos para uso pelos cidadãos e pela Internet.

A Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), ampliação da integração e visualização de dados georreferenciados existentes no governo, contou com 710 camadas disponíveis e 10.605 metadados liberados para acesso. Em conjunto com a Central de Compras, estruturou-se licitação centralizada para aquisição de imagens de satélites, com a organização da demanda de um conjunto de órgãos.

**Objetivo: 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas.**

#### Informações Básicas

Órgão: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: As ações do Ministério do Planejamento para alcançar os objetivos e metas do PPA refletem o seu esforço em promover a excelência da Gestão Pública em benefício da sociedade. No período de 2012 a 2015, a Secretaria de Gestão Pública (Segep) realizou ações de dimensionamento da força de trabalho e da reestruturação de órgãos e entidades, buscando fortalecer a capacidade institucional da Administração Pública. Nesse sentido, destacam-se as autorizações de concursos públicos, de reposição de vacâncias, de contratações temporárias, bem como as reestruturações e criações de órgãos e entidades.

Para melhorar a gestão das estruturas organizacionais do Governo Federal, inclusive propiciando maior nível de integração dos sistemas estruturantes, iniciou-se, nesse período, o desenvolvimento do novo Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (Siorg). Este sistema provê os órgãos e entidades de mecanismos para o manejo dos cargos comissionados e funções gratificadas na Administração Direta, Autárquica e Fundacional e, em breve, criará condições para facilitar o registro/publicação oficial dos respectivos regimentos internos, atos que, no limite das competências de cada órgão, podem vir a ser prontamente efetivados.

Com relação ao aperfeiçoamento da gestão de pessoas, deu-se ênfase à promoção da transparência e do acesso à informação, considerada medida indispensável para a melhoria da gestão pública. Nesse sentido, a Segep direcionou esforços ao incremento da transparência pública e à adoção de medidas de governo aberto.

No período de 2012 a 2015, foram registrados avanços no desenvolvimento do novo Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe). Encontram-se disponibilizados o Portal de Serviços do Servidor (para todos os servidores públicos federais) e o Portal de Gestão de Pessoas (para acesso gerencial às funcionalidades desenvolvidas do Sigepe). Foram liberadas para uso as funcionalidades do módulo de Cadastramento das Consignatárias e as funcionalidades do módulo Servidor migradas do sistema Siapenet. Além disso, foi desenvolvido o módulo de ações judiciais e concluídos os módulos de serviços de extrato e simulação de consignação, de cadastro de informações dos servidores e de informações sobre pensão alimentícia, além de alguns projetos de infraestrutura necessários para a continuidade do projeto Sigepe, como a gestão de documentos eletrônicos e gestão de acesso.

Destaca-se em 2015 o lançamento do aplicativo Sigepe mobile, novo canal de comunicação com os servidores públicos federais. Esse aplicativo permite acessar os contracheques dos últimos 12 meses, a prévia do mês seguinte e os dados cadastrais pelo smartphone ou tablet. É voltado para 1,4 milhão de servidores, aposentados e pensionistas do Executivo Federal e pode ser baixado, gratuitamente, para sistemas operacionais Android e IOS.

As relações de trabalho entre o Governo e os servidores tiveram um tratamento transparente e democrático no período de 2012 a 2015, visando sempre a valorização dos servidores públicos federais e o fortalecimento das carreiras e planos de cargos dos órgãos e entidades federais, com o consequente aprimoramento dos serviços públicos. Os conflitos inerentes às relações de trabalho foram resolvidos em reuniões da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), instrumento de gestão com papel pacificador desses conflitos.

Na perspectiva de consolidar o processo de democratização das relações de trabalho, está em desenvolvimento o Sistema de Relações de Trabalho no Serviço Público (SISRT). O projeto é desenvolvido por meio de Acordo de Cooperação 01/2012 firmado entre a Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria de Relações de Trabalho (SRT).



## METAS

### Meta: 03P7 - Aperfeiçoar o planejamento e a gestão da força de trabalho do Poder Executivo Federal

#### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Planejamento

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Na busca pela adequação da quantidade e pela qualificação dos servidores públicos às prioridades e áreas estratégicas de governo, a política de gestão e recomposição da força de trabalho adotada pela Secretaria da Gestão Pública envolveu diversas ações no período de 2012 a 2015. Foram autorizados concursos para o preenchimento de 76.576 cargos, sendo: 18.299 em 2012; 41.735 em 2013; 12.263 em 2014; e 4.279 em 2015. Registra-se, ainda, nesse mesmo período, a autorização para provimento de 87.729 cargos efetivos, sendo: 17.456 em 2012; 42.911 em 2013; 21.103 em 2014; e 6.259 em 2015.

Dentre os provimentos autorizados destacam-se os destinados à implementação de políticas prioritárias, como as de economia, seguridade social e educação. Em 2013, foi realizado o provimento de 888 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais, de nível superior, com priorização dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e reforço a outros nove órgãos. Também foram convocados 64 novos analistas de infraestrutura, distribuídos em órgãos prioritários para o PAC.

Em 2015, ingressaram no serviço público federal quase 18 mil novos servidores, sendo cerca de 11 mil para ocupar vagas de nível superior e 7 mil de nível médio.

No que tange ao tema Concurso Público, ajustes em dispositivos do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009 foram viabilizados com a publicação do Decreto nº 7.308/2010, que altera o Decreto 6.944/2009 no tocante à realização de avaliações psicológicas em concurso público, e do Decreto nº 8.326/2014, que altera o Decreto 6.944/2009, quanto à autorização para a realização de concursos.

No que diz respeito a políticas inclusivas, foi editada a Lei nº 12.990, de 9/6/2014, que disciplina a reserva de 20% de vagas para negros nos concursos para cargos e empregos públicos no âmbito da Administração Pública Federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, nos próximos 10 anos. Com a maior aproximação entre o perfil racial de sua força de trabalho e a composição racial da sociedade, pretende-se conferir maior capacidade ao governo de produzir programas e serviços cada vez mais alinhados ao perfil populacional, com o desenho de políticas públicas mais sintonizadas com a pluralidade racial da sociedade brasileira.

No tocante à estruturação de carreiras, em 2014, foram convocados 76 novos Analistas Técnicos de Políticas Sociais, de nível superior, com a seguinte distribuição: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (30), Ministério da Saúde (17), Ministério da Previdência Social (9), Ministério do Desenvolvimento Agrário (5), Ministério do Trabalho e Emprego (5), Ministério da Educação (4), Ministério da Justiça (4), Ministério das Cidades (1) e Secretaria de Política para as Mulheres (1). Em 2014 foram convocados mais 72 Analistas de Infraestrutura distribuídos em órgãos prioritários para o PAC.

De 2012 a 2015 foram editados 8 Leis e 5 Decretos relativos à reestruturação de carreiras, beneficiando aproximadamente 405 mil servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo Federal e da área de segurança pública do Governo do DF.

No que diz respeito à promoção da transparência e do acesso à informação, em 2015 foi desenvolvido o Painel virtual, uma nova ferramenta que simplifica e dá mais transparência à apresentação de dados sobre a força de trabalho do Executivo Federal. O painel apresenta uma série histórica, a partir de 2010, com panorama geral sobre quantidade de servidores, área de atuação do órgão, localização geográfica dos servidores, faixa etária, sexo e despesa destinada ao pagamento de servidores públicos federais. O sistema, construído de forma amigável, está disponível para qualquer cidadão no site <http://paineldoservidor.planejamento.gov.br>.

Além disso, para facilitar as consultas da sociedade, foi disponibilizada a Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis (<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao-publica/noticias/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-esta-acessivel-em-planilha-eletronica-aberta>), contendo as remunerações e subsídios atribuídos por lei aos cargos e carreiras do Executivo Federal. A divulgação no formato aberto permite manipulação, cruzamento e análises sobre os dados de remuneração dos servidores. No mesmo formato está disponível também o Boletim Estatístico de Pessoal. O documento é uma das fontes de consulta mais acessadas do Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão.

### Meta: 03P9 - Democratizar as relações de trabalho do âmbito da Administração Pública Federal

#### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Planejamento

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: De 2012 a 2015 foram realizadas 765 reuniões na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) para tratar os conflitos inerentes às relações de trabalho no serviço público, o qual resultou em 70 Termos de Acordo. O processo de negociação na MNNP, envolve cerca de 1,2 milhão de servidores civis (ativos, aposentados e pensionistas) do Poder Executivo.

Dentro da perspectiva de consolidação do processo de democratização das relações de trabalho, e dando continuidade às atividades do Acordo de Cooperação firmado entre a Universidade de Brasília - UnB e a Secretaria de Relações de Trabalho - SRT, desenvolveu-se e finalizou-se a 3ª e a 4ª e última etapa previstas inicialmente. No ano de 2015, foram desenvolvidas atividades estratégicas que contemplaram a prototipagem e finalização dos seguintes módulos do Sistema de Relações de Trabalho no Serviço Público - SISRT: 1) Carreiras; 2) Relatórios; 3) Processos da SRT (negociais e não negociais); e, 4) Layout – atualização. Em paralelo, ao desenvolvimento do protótipo do SISRT, foi realizado o levantamento, o tratamento e o desenvolvimento dos painéis na ferramenta de Business Intelligence (BI).

"No período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015, a Comissão Especial Interministerial (CEI), instituída pelo Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, para revisão dos atos administrativos referentes aos anistiados, de que trata a Lei nº 8.878, de 1994, julgou 2.909 requerimentos, publicou portarias de deferimento de retorno de 1.736 empregados anistiados, respondeu 3.243 demandas referentes a pedidos de informações judiciais e efetuou 15.528 atendimentos (presencial, e-mail, carta e telefone)."

A Ouvidoria, no período de 2012 a 2015, se reforçou como instrumento de interlocução entre o Estado e os cidadãos usuários das políticas públicas, promovendo participação social, exercício da democracia, apoio à política de valorização do servidor e das relações de trabalho no serviço público.

### Meta: 03OQ - Fomentar inovações de gestão no âmbito da Administração Pública Federal

#### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Planejamento





#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Com o objetivo de incentivar a implementação e disseminação de práticas inovadoras na gestão pública, por meio da premiação e da divulgação dessas iniciativas, foi realizado o 20º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Nesta 20ª edição, destacou-se a inclusão de um critério de avaliação voltado para a sustentabilidade e de um prêmio destaque para a iniciativa com maior contribuição na utilização sustentável de recursos naturais que resultem em impactos econômicos ou sociais relevantes. Neste contexto, foram divulgadas, em dezembro de 2015, as iniciativas vencedoras em ordem de inscrição. Entretanto, a classificação final será anunciada no evento de premiação, em março de 2016.

Entre as iniciativas apresentadas, foram vencedoras por ordem de inscrição: 1) O Processo Eletrônico Nacional e a Solução que Revolucionou a Gestão dos Processos Administrativos Governamentais; 2) Facilitação e Ampliação do Acesso Gratuito ao Transporte Aéreo de Órgãos, Tecidos e Equipes para Transplantes; 3) Novo Marco Legal para a Implementação do Programa Cisternas; 4) Consumidor.gov.br; 5) Sistema Macros; 6) Classificação Indicativa para o Mercado Digital: a Solução para um Novo Mercado (IARC); 7) Programa Start-Up Brasil; 8) A PDP como Política Induzida pelo Ministério da Saúde para Aumentar o Acesso da População a Insumos Estratégicos e para o Fortalecimento do CEIS; 9) Central de Compras e Contratações do Governo Federal; 10) Sinesp Cidadão; 11) Destinação Ambientalmente Adequada de Resíduos Provenientes da Destruição de Bebidas Apreendidas pela Receita Federal.

Com relação à premiação, aos primeiros colocados, serão concedidas visitas técnicas internacionais oferecidas pelas instituições apoiadoras do Concurso. Além disso, serão ofertados aos vencedores: assinatura da Revista do Serviço Público (RSP), publicação dos relatos em livro, certificado e Selo Inovação (a ser utilizado pelas iniciativas premiadas em seus materiais de divulgação). Para as premiações, o Concurso conta, até o presente momento, com o apoio da Embaixada da França.

#### Meta: 03P2 - Fortalecer a gestão por resultados e a capacidade institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Planejamento

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: No período 2012 a 2015, a Segep empenhou-se em ações destinadas a fortalecer a capacidade institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública.

No campo da reestruturação de órgãos e entidades, foram publicados 109 decretos referentes à reestruturação de órgãos e entidades, sendo 34 em 2012; 38 em 2013; 17 em 2014, e 20 em 2015.

Destacou-se em 2015 o início da Reforma Administrativa no Governo Federal, com o objetivo de promover uma maior racionalização da estrutura administrativa, buscando evitar sobreposição de atribuições entre ministérios ou mesmo entre órgãos de um mesmo ministério. Buscou-se, igualmente, reduzir os gastos com as estruturas de apoio (área administrativa, assessorias de comunicação, jurídica e parlamentar, etc.) e com a unificação de áreas que desenvolvem políticas públicas afins em um mesmo ministério. Com essas ações, foram extintos 8 ministérios. Estima-se, até o final do processo de reforma, reduzir em 30 o número de secretarias e em 3.000 o de cargos em comissão, com economia de cerca de R\$ 200 milhões por ano.

A primeira fase da Reforma Administrativa foi efetivada com a publicação da Medida Provisória nº 696, de 02 de outubro de 2015, que promoveu a extinção de 8 ministérios, mediante as seguintes alterações: (i) junção do Ministério do Trabalho e Emprego com o Ministério da Previdência Social, resultando na criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social (ii) junção das Secretarias de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos, com a criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (iii) transformação da Secretaria Geral da Presidência da República na Secretaria de Governo da Presidência da República, com a incorporação de algumas atribuições da Secretaria de Relações Institucionais e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, que foram extintas (iv) extinção do Gabinete de Segurança Institucional e criação da Casa Militar da Presidência da República, sem status de Ministério (v) extinção da Secretaria de Assuntos Estratégicos (vi) extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura, com incorporação de algumas de suas atribuições ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Com o propósito de auxiliar esse processo de revisão da estrutura organizacional dos ministérios, foi publicado, em 5 de outubro de 2015, o Decreto que instituiu a Comissão Especial de Reforma do Estado. Essa Comissão é composta por representantes, e respectivos suplentes, da Casa Civil da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União, designados por meio da Portaria nº 476, de 6 de novembro de 2015.

#### Meta: 03P3 - Implementar a Política de Desenvolvimento de Pessoas

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Planejamento

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU) agrega atualmente 21 escolas de governo federais, do Executivo e do Legislativo e realiza ações em conjunto para promover o fortalecimento das atividades de desenvolvimento de agentes públicos e da sociedade, com vistas à implementação das políticas públicas e a disseminação do conhecimento para o aperfeiçoamento da gestão pública. Durante o ano de 2015 destacou-se o avanço no processo de credenciamento educacional para oferta de pós-graduação lato sensu das escolas de governo e a construção de preceitos básicos para compor o Marco Regulatório das Escolas de Governo. Ademais, foram realizadas três reuniões do SEGU. Durante essas reuniões, discutiu-se o credenciamento dos cursos de especialização das Escolas de Governo e a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), além de uma proposta de Decreto para a regulamentação das atividades das escolas de governo no âmbito Federal.

De 2012 a 2015 foram formados 242 alunos em diferentes Cursos de Especialização: 28 no Curso de Especialização em Políticas de Direitos Humanos (1ª Ed.); 67 no Curso de Especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público (3ª e 4ª edição); 63 no Curso de Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (1ª e 2ª edição) e 84 no Curso de Especialização em Gestão Pública (7ª, 8ª e 9ª edição). Para 2016 está prevista a formatura de 80 alunos na 10ª edição do Curso de Especialização em Gestão Pública.

No período de 2012 a 2015 foram realizadas mais de 156 mil capacitações por meio de cursos a distância, nacionais e em parceria com instituições estrangeiras, sendo 70 mil delas realizadas no ano de 2015. Entre 2012 e 2015, foram 12 mil capacitações em cursos com tutoria e as demais em cursos sem tutoria. As capacitações foram realizadas em dez temáticas estruturantes da administração pública e distribuídas por todos os estados da federação, permitindo a democratização do acesso às capacitações oferecidas pela Enap.

O Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras aborda temas de interesse da administração pública federal, contribuindo para o desenvolvimento profissional contínuo dos servidores e de competências essenciais para a melhoria da gestão de políticas públicas no governo federal. Além disso, fomenta o



intercâmbio de experiências e a integração entre os profissionais. O Programa complementa e atualiza a formação dos servidores das carreiras de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), Analistas de Planejamento e Orçamento (APO), Analistas de Finanças e Controle (AFC), Analistas de Comércio Exterior (ACE), Analistas de Infraestrutura (AIE), Especialistas de Infraestrutura (EIE) e Analistas Técnicos de Políticas Sociais (ATPS). De 2012 a 2014 foram realizadas 4.290 capacitações nos cursos de aperfeiçoamento para carreiras. Em 2015 foram ofertados 49 cursos do Programa com 1.601 capacitações concluídas.

**Objetivo: 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas.**

**Informações Básicas**

Órgão: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional do Objetivo: Em 2015, o governo federal formulou o projeto de lei do PPA para o período 2016-2019. Sua elaboração foi marcada por intenso trabalho de coordenação entre os diversos órgãos públicos federais e destes com a sociedade civil, de forma a incorporar a fortalecer a participação da sociedade e dos agentes públicos envolvidos, dotando o processo de maior transparência e accountability.

Durante o Fórum Dialoga Brasil, realizado em abril de 2015, representantes da sociedade civil apresentaram suas contribuições a partir da discussão da Dimensão Estratégica e do conjunto dos Programas Temáticos que estruturam o PPA. O evento teve a presença ministros, dirigentes e representantes de ministérios e contou com a participação de cerca de 300 pessoas, representantes dos 34 conselhos nacionais setoriais, que, organizados por regiões e temas, formularam suas propostas para a elaboração das diretrizes e dos principais tópicos de políticas públicas para a construção dos Programas do Plano. Essas propostas foram então apresentadas aos ministérios, propiciando, assim, a sua incorporação no debate do conteúdo de cada política.

O Plano enviado em 2015 ao Congresso Nacional declara as escolhas estratégicas do governo para os próximos quatro anos, indica os meios para a implementação das políticas públicas e orienta taticamente a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos. O novo PPA 2016-2019 mantém e aprimora a metodologia do PPA 2012-2015, centrada no uso de conceitos próprios à atividade de planejamento e na aproximação entre Plano, políticas públicas e comunicação com a sociedade, trazendo inovações que fortalecem seu caráter estratégico e promovem a melhor aderência às diversas fontes de financiamento.

Por meio da Dimensão Estratégica e da programação plurianual das políticas públicas na forma de Programas Temáticos, o PPA 2016-2019 procura integrar e dar forma a um projeto nacional de desenvolvimento que vem se consolidando há mais de uma década e que busca conciliar crescimento econômico com distribuição da renda, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Paralelamente a construção do PPA 2016-2019, foi dada continuidade a gestão do PPA 2012-2015, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional o Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, ano base 2014, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593/2012, que institui o PPA para o período 2012 a 2015, o Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da execução dos programas e políticas, de forma a possibilitar maior transparência e eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade.

O processo de monitoramento do PPA promove ainda a participação social e o diálogo federativo em torno do planejamento, com destaque para as agendas transversais acompanhadas pelo Fórum Interconselhos.

No que se refere ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o monitoramento intensivo promovido pelo Governo Federal contribui para a celeridade da implementação dos empreendimentos, pois possui caráter de articulação e efetua a intermediação entre as diversas esferas de governo e instituições envolvidas no planejamento e na execução das obras, em especial as de natureza social. Essa capacidade de articulação é fundamental para auxiliar na solução de impasses que estejam prejudicando o cronograma de execução dos empreendimentos.

Outra atividade pertinente ao monitoramento intensivo do PAC é a publicação dos balanços que, além de prestação de contas, contribui para melhor comunicar à sociedade o andamento do programa e para que todas as instituições envolvidas na implementação estejam alinhadas com a situação do governo em Brasília, serviços de telefonia, internet, videoconferência e conexão de dados, em ambiente seguro, de alto desempenho e disponibilidade, com redução de custos.

De 2012 a 2015 a rede teve um crescimento na sua extensão em 167,86%, passando de 56 Km para 150 Km, sendo que o número de órgãos conectados à rede INFOVIA Brasília foi ampliado em 16,25%, partindo de 80 órgãos, distribuídos em 151 pontos, para 93 órgãos, em 200 pontos.

A nova versão do modelo de negócio da INFOVIA, publicada no final de 2013, possibilitou a redução de 35% nos preços dos serviços em média, contribuindo, para a ampliação do número de pontos conectados à rede. O crescimento da banda total de Internet contratada desde 2012 foi de 312% (de 1,5 para 6,18 Gbps).

**METAS**

**Meta: 03PF - Ampliar a quantidade de serviços atualmente utilizados pelos órgãos e entidades da administração pública, através da rede INFOVIA Brasília, acrescentando sessenta serviços contratados até 2015**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Planejamento

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: A INFOVIA Brasília é uma infraestrutura de rede ótica metropolitana de comunicações, construída para fornecer, aos órgãos do governo em Brasília, serviços de telefonia, internet, videoconferência e conexão de dados, em ambiente seguro, de alto desempenho e disponibilidade, com redução de custos.

De 2012 a 2015 a rede teve um crescimento na sua extensão em 167,86%, passando de 56 Km para 150 Km, sendo que o número de órgãos conectados à rede INFOVIA Brasília foi ampliado em 16,25%, partindo de 80 órgãos, distribuídos em 151 pontos, para 93 órgãos, em 200 pontos.

A nova versão do modelo de negócio da INFOVIA, publicada no final de 2013, possibilitou a redução de 35% nos preços dos serviços em média, contribuindo, para a ampliação do número de pontos conectados à rede. O crescimento da banda total de Internet contratada desde 2012 foi de 312% (de 1,5 para 6,18 Gbps).



O número de órgãos conectados ao serviço de videoconferência cresceu 16,66%, evoluindo de 18 para 21 órgãos, tendo ocorrido desde 2012 a otimização no número de equipamentos conectados, de 115 para 110.

A publicação da Portaria Interministerial MP/MC/MD nº 141/2014, que regulamenta o Decreto nº 8.135/2013 e define que os serviços de videoconferência e voz sobre IP – VoIP deverão ser contratados das empresas públicas e sociedades de economia mista federais, pelos órgãos e entidades da União, foi um reforço a ampliação dos serviços da INFOVIA Brasília. Contudo, tendo em vista que o processo de contratação conjunta de equipamentos para a realização de videoconferência somente foi concluída ao final de 2015, o crescimento deste serviço frustrou as expectativas iniciais.

Para o período de quatro anos referente ao PPA 2012-2015, o serviço de telefonia VoIP obteve um crescimento de 24%, evoluindo de 25 para 31 órgãos conectados. O principal fator que prejudicou a ampliação desse serviço foi a falta de integração entre as áreas de telefonia e de tecnologia da informação nos órgãos da APF. A necessidade dessa integração está sendo amplamente reforçada pela Secretaria de Tecnologia da Informação em suas orientações, normativas e na Estratégia de Governança Digital – EGD.

Foi recebida pelo Governo Federal a doação de 27 equipamentos do tipo gateway de voz do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), necessários para conectar a central telefônica do órgão participante da rede INFOVIA Brasília ao Serviço de Voz. Além da redução de gastos, esse serviço possui como principal diferencial o aumento da segurança no serviço de telecomunicações, dado que as ligações telefônicas entre os órgãos governamentais conectados trafegam exclusivamente dentro da rede INFOVIA Brasília, sem passar pela rede pública de telefonia – RPT.

Com esses equipamentos, foi possível ampliar o atual número de centrais telefônicas conectadas ao serviço. O número de órgãos que utilizou, em 2014, o Serviço de Voz da INFOVIA Brasília permaneceu o mesmo de 2013: 30 órgãos conectados. Houve alteração no número de centrais telefônicas conectadas (ou pontos conectados), de 52 para 47 pontos, em virtude de mudanças de endereço, reestruturações nos órgãos e desconexão de alguns pontos, como nos casos do IPEA-RJ e SERPRO-Curitiba.

Em relação ao Serviço de Videoconferência da INFOVIA Brasília, foi mantido o número de órgãos conectados: 21. Entretanto, houve redução no número de equipamentos conectados, de 112 para 110.

A publicação da Portaria Interministerial MP/MC/MD nº 141/2014 regulamentou o Decreto nº 8.135/2013, e definiu que os serviços de videoconferência e voz sobre IP (VoIP), deverão ser contratados das empresas públicas e sociedades de economia mista federais, pelos órgãos e entidades da União. Tem-se a expectativa que esses dispositivos normativos promovam o aumento da demanda pelos dois serviços e crescimento do número de órgãos conectados à INFOVIA Brasília, contribuindo para o alcance da meta.

Em relação à infraestrutura, 191 órgãos estavam conectados à rede INFOVIA Brasília, em 190 pontos, distribuídos em mais de 150 km de fibras óticas na cidade de Brasília. Nesse contexto, deve-se destacar o serviço de Internet corporativa, que é o principal serviço prestado pela INFOVIA Brasília e que hoje possui uma banda total de 4,64 Gbps. O cenário de contratação de links/circuitos de comunicação com empresas públicas ou sociedades de economia mista do Governo Federal, concebido pelo Decreto nº 8.135/2013, e pela Portaria Interministerial MP/MC/MD nº 141/2014, traz a expectativa de crescimento do número de órgãos conectados, da expansão dos serviços de conexão ponto a ponto e de acesso à Internet, prestados no âmbito da INFOVIA Brasília.

Destaca-se a prorrogação do contrato de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Companhia Energética de Brasília (CEB), a fim de remunerar o aluguel de postes e dutos dessa empresa. Negociações com a CEB permitiram que os gastos para esse compromisso fossem reduzidos de R\$ 40 mil por mês para R\$ 10 mil.

Quantidade alcançada: 26 Serviços

Data de Referência: 31/12/2015

#### Meta: 03PD - Consolidar a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Planejamento

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) tem cumprido o seu principal objetivo de facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais do governo. Entre inúmeras facilidades da INDE, destacam-se a integração e o compartilhamento de informações geoespaciais entre as organizações participantes. A geoinformação é básica para a estruturação de sistemas corporativos públicos e privados, que sustentam a tomada de decisão frente a diversas temáticas (fiscal, econômica, ambiental, planejamento). Nesse contexto, destacam-se as discussões em andamento no âmbito da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) referentes à construção da Política Nacional de Geoinformação (PNGeo), que definirá as prioridades governamentais quanto à produção, gestão e compartilhamento de dados geoespaciais, otimizando a aplicação de recursos. Com a sua implementação, a INDE passará a ter um papel central como instrumento da Política. Atualmente, 20 entidades publicam dados espaciais e/ou metadados através das ferramentas da INDE. Cerca de 30 entidades estão em processo de adesão, apresentando estágios variados de conclusão do processo. No que se refere à agenda de treinamentos da INDE, até 2014 haviam sido capacitadas 364 pessoas, englobando servidores públicos das três esferas da federação. Já em 2015, foram realizados cinco treinamentos nacionais e um treinamento regional, que tiveram um total de 105 capacitados. Em 2015, merece destaque, ainda, a reestruturação do Comitê Técnico da INDE (CINDE) no âmbito da CONCAR com vistas a coordenar as atividades relacionadas à INDE, composto grupos de trabalho para as áreas de gestão, normas e padrões, dados e metadados, capacitação e divulgação. Destaca-se, ainda, a revisão da Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais (ET-EDGV), que representa uma importante contribuição para a consolidação da INDE, pois esta norma estabelece uma modelagem básica que visa assegurar a interoperabilidade dos dados geoespaciais produzidos pela Administração Pública. A versão final da norma deverá ser homologada pela CONCAR no decorrer de 2016.

#### Meta: 03PE - Construir cenários de desenvolvimento nacional para orientar a alocação estratégica no Plano Plurianual e nos Orçamentos da União

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Planejamento

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Foi dada continuidade à realização das avaliações do Projeto Impactos do Mercado de Trabalho no Seguro Desemprego e



Abono Salarial, ações vinculadas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Essas ações são importantes rubricas orçamentárias, não só pelo significativo montante financeiro, mas também pelas influências e impactos que geram e recebem do Mercado de Trabalho.

Objetiva-se identificar e avaliar a dinâmica e as influências que essas variáveis recebem do mercado de trabalho, por meio das seguintes ações: captação de servidores, aquisição de ferramenta, análise bibliográfica, definição da metodologia de análise, qualificação de servidores, operacionalização da metodologia, disseminação do conhecimento por meio de relatórios internos e externos e proposição de ajustes e revisão de processos.

Diante da importância das rubricas Seguro Desemprego e Abono Salarial, a identificação e avaliação da dinâmica dessas variáveis e das influências que recebem do mercado de trabalho mostra-se essencial para o acompanhamento dos gastos a elas relacionados.

**Meta: 03PT - Desenvolver conhecimentos específicos, na área de gestão de despesas, voltados para a melhoria da qualidade do gasto**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria de Orçamento Federal

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: O Projeto Esplanada Sustentável - PES foi instituído em 2012, com o objetivo de estimular o uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental, econômica e social na Administração Pública Federal, a partir da integração de quatro iniciativas já existentes no Governo Federal, quais sejam: Programa de Eficiência do Gasto (PEG); a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); a Coleta Seletiva Solidária; e o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), mais especificamente o Subprograma Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP).

Após a conclusão de três ciclos do PES, nos quais as despesas foram monitoradas somente por indicadores financeiros, o escopo do projeto foi alterado, em 2015, com foco na gestão e no uso de energia elétrica e água nos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. A Portaria MP nº 23, de 12 de fevereiro de 2015, estabeleceu boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água e dispôs sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços por intermédio do Sistema do Projeto Esplanada Sustentável – SisPES.

Para fins de monitoramento, foram estabelecidos dois indicadores, por intermédio da Portaria Conjunta SLTI-SOF nº 8, de 17 de abril de 2015, para o monitoramento desses bens: Energia Elétrica: Consumo de energia elétrica por área construída [Consumo (kWh) / Área Construída (m<sup>2</sup>)]; e Água: Consumo de água per capita [Consumo (m<sup>3</sup>) / pessoal total].

Essas alterações exigiram constantes aprimoramentos do SisPES ao longo do exercício, tendo em vista que o sistema não estava preparado para o recebimento de tantas informações e a sua estrutura ainda voltada para o monitoramento de dados financeiros das despesas executadas pelos órgãos.

A fim de promover o uso sustentável de energia, foi assinado em 2015, Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério do Meio Ambiente e a Universidade Federal de Pelotas - UFPel, com vistas a implementar o Programa de Bom Uso Energético (Proben) nas instituições participantes do PES em Brasília.

Além de capacitar gestores públicos, adaptar e disponibilizar os programas computacionais para o controle do consumo e para a análise de demanda de energia, a UFPel analisará o histórico de utilização de energia de quarenta unidades, com proposta de alteração da estrutura tarifária e dos valores de demanda contratada para as suas instalações. Os resultados das seis primeiras análises foram entregues aos representantes dos órgãos, com estimativa de economia de, aproximadamente, um milhão de reais por ano, apenas com a recontração da demanda.

Também foi realizado o Diálogo do PES 2015, onde foram apresentadas experiências e estudos relacionados à gestão do consumo de energia elétrica na Administração Pública, inclusive a implantação do Programa de Bom Uso Energético na Esplanada dos Ministérios. Em razão de alterações na metodologia do projeto ocorridas a partir do 3º ciclo, as metas passaram a ser não quantificáveis.

**Meta: 03PB - Modernizar o arcabouço jurídico na área de planejamento, orçamento e execução**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: Ministério do Planejamento

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Como parte do processo de monitoramento e avaliação do Plano Plurianual, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional o Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, ano base 2014, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593/2012, que institui o PPA para o período 2012 a 2015, o Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da execução dos programas e políticas, de forma a possibilitar maior transparência e eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade.

O processo de monitoramento do PPA promove ainda a participação social e o diálogo federativo em torno do planejamento, com destaque para as agendas transversais acompanhadas pelo Fórum Interconselhos. Foram apresentados os relatórios de monitoramento das agendas transversais relativas à: i) políticas para as mulheres; ii) igualdade racial, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais; iii) crianças e adolescentes; iv) juventude; v) pessoa idosa; vi) pessoa com deficiência; vii) população LGBT; viii) povos indígenas e ix) população de rua.

Formulação do Plano Plurianual 2016-2019

O Plano enviado em 2015 ao Congresso Nacional declara as escolhas estratégicas do governo para os próximos quatro anos, indica os meios para a implementação das políticas públicas e orienta taticamente a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos. O novo PPA 2016-2019 mantém e aprimora a metodologia do PPA 2012-2015, centrada no uso de conceitos próprios à atividade de planejamento e na aproximação entre Plano, políticas públicas e comunicação com a sociedade, trazendo inovações que fortalecem seu caráter estratégico e promovem a melhor aderência às diversas fontes de financiamento.

A elaboração do PPA 2016-2019 foi iniciada pelo debate de sua Dimensão Estratégica, que envolveu tanto atores internos ao governo como da sociedade civil. Buscou-se evidenciar o projeto estratégico de governo por meio de uma Visão de Futuro e um conjunto de Eixos e Diretrizes Estratégicas, que orientaram a construção dos Programas Temáticos, expressando os cursos de ação propostos pelo governo para o alcance dos resultados esperados para o



Plano. Por sua vez, o conteúdo dos Programas Temáticos passou a expressar com maior clareza as escolhas estratégicas para cada área por meio de Objetivos conectados diretamente às previsões plurianuais de orçamento, crédito e renúncias fiscais, e as respectivas Metas, que expressam quantitativa ou qualitativamente o grau de alcance dos Objetivos. Como processo, a construção do novo PPA consolidou o caráter coletivo do Plano. Ao todo, mais de 8.000 pessoas, incluindo todos os órgãos do governo federal, entidades de classe e representantes da sociedade civil, participaram de sua elaboração por meio de encontros promovidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Secretaria Geral da Presidência – Fórum Dialoga Brasil Interconselhos, Diálogos Regionais com a sociedade, Diálogos Setoriais e Oficinas Governamentais de Formulação dos Programas Temáticos. Por meio da Dimensão Estratégica e da programação plurianual das políticas públicas na forma de Programas Temáticos, o PPA 2016-2019 procura integrar e dar forma a um projeto nacional de desenvolvimento que vem se consolidando há mais de uma década e que busca conciliar crescimento econômico com distribuição da renda, inclusão social e sustentabilidade ambiental. O desafio de preservar e avançar nas conquistas sociais dos últimos anos em meio às dificuldades trazidas pela conjuntura econômica é uma opção do governo federal, que reflete uma escolha da própria sociedade, traduzida no PPA 2016-2019, que contou com ampla participação social nas suas diferentes etapas de elaboração.

As melhorias do PLDO fazem parte do processo natural das atribuições institucionais do Governo Federal. Ao longo dos últimos anos houve êxito na exclusão de dispositivos que não deveriam constar na PLDO, como os que tratavam de custos, redundantes com a Lei de Acesso à Informação ou que a matéria deveria ser disciplinada em outros normativos infralegais, como o Decreto nº 6.170/2007 (transferências voluntárias e setor privado).

Destaca-se em 2014 o processo participativo para a elaboração do PLDO e PLOA, que utilizou o portal “PARTICIPA.BR”. Especialmente no que diz respeito ao PLDO 2015, foi desenvolvida ferramenta no SIOP que permite o encaminhamento de sugestões de alterações e para as propostas que não foram acatadas, ficando registrado o motivo da rejeição.

Considera-se que este Projeto foi encerrado a partir dos resultados apresentados nos últimos anos, ampliando a participação popular na modernização do arcabouço jurídico de planejamento, orçamento e execução.